

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas. -----

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 31 DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZ (ACTA 20). -----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia 31 de Agosto de 2010, depois de lida foi posta à votação e aprovada por unanimidade.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Câmara propôs, nos termos e para os fins do disposto no art. 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- I – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO (DAF) -----

----- 1. DIVISÃO FINANCEIRA (DF) -----

----- SECÇÃO DE CONTABILIDADE (SC) -----

----- 5. 4.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

----- SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (SRH) -----

----- 1. Atribuição de Medalha de Mérito e Dedicação. -----

----- VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO (DAE) -----

----- 1. Apresentação de estatutos da ACMMM – Agência de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, na sequência da aprovação da Candidatura Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego (4.º Aviso de Concurso do Regulamento Especifico de Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (mais centro Programa Operacional Regional do Centro QREN (2007-2013))). -----

----- 2. Apresentação de proposta de estatutos da Associação Rede de Economias da Criatividade, na sequência da aprovação da Candidatura Rede de Economias da Criatividade (4.º Aviso de Concurso do Regulamento Especifico de Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (mais centro Programa Operacional Regional do Centro QREN (2007-2013))). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração à Ordem do Dia nos termos propostos pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **PROPOSTAS** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

----- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara, para cumprimento do disposto na alínea q) do n.º 2 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

de Janeiro, deu conhecimento aos restantes membros do executivo municipal do Relatório Definitivo da Inspeção Geral de Finanças – Controlo do Endividamento Municipal, entregando cópias digitalizadas do mesmo.-----

----- Disse ainda que, este relatório diz respeito aos anos 2006/2008, e foi elaborado em 2009, antes do saneamento financeiro. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Deixava uma palavra de saudação, sobretudo à organização do Europeu Rowing Championships 2010, que de facto veio abrilhantar da melhor forma o início da actividade no Centro de Alto Rendimento de Montemor, e sobretudo deixar uma palavra de grande estima e reconhecimento aos dois atletas Portugueses Pedro Fraga e Nuno Mendes, que coroaram todo o esforço que a autarquia fez.-----

----- Relembra também a qualidade do que está feito, mas da perspectiva que deixou e que pessoalmente testemunhou junto de todas a selecções europeias, na procura de uma oportunidade para virem de imediato para Montemor para iniciarem os seus treinos e a sua preparação.-----

----- Deixa também uma palavra de agradecimento ao senhor Ministro da Presidência e ao senhor Secretário de Estado do Desporto, pela forma cúmplice com que estiveram nesta iniciativa e a abertura que deixaram para a conclusão daquela obra, que deverá estar pronta no primeiro semestre do próximo ano. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** – Informou que a partir de finais de Setembro ou início de Outubro se dará início às obras no largo da Feira, para perspectivar a conclusão do projecto que engloba o Centro de Alto Rendimento. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- DO VEREADOR EMÍLIO TORRÃO -----

----- **Primeira** – O Vereador Emílio Torrão informou que os Vereadores do Partido Socialista felicitam a organização do Campeonato da Europa de Remo, pelo excelente evento que proporcionaram a todos aqueles que se deslocaram ao Centro de Alto Rendimento. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Informou que no passado dia 10 de Setembro do corrente, enquanto pai, assistiu à recepção dos alunos no Centro Educativo de Montemor.-----

----- Constatou a ausência de mobiliário, embora tenha sido bem justificado pelo representante da Câmara Municipal as razões da ausência desse mesmo mobiliário e do esforço do município para que as crianças o tivessem atempadamente.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

----- Tinha conhecimento de que a aquisição deste mobiliário foi adjudicada à empresa Levira e que esta "falha" não se deve à Câmara Municipal. -----

----- Por esse motivo, os Vereadores do Partido Socialista entendem que devem ser apuradas responsabilidades, contratuais ou não, se existiam prazos a cumprir, e esta empresa tem que ser responsabilizada pelo incumprimento dos prazos, para que, de futuro, estas situações não voltem a ocorrer. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** – Informou que os Vereadores do Partido Socialista, numa reunião anterior, alertaram para a possibilidade de se vir a verificar o congestionamento de trânsito à entrada dos alunos no Centro Educativo de Montemor. -----

----- Hoje, verificou-se um "caos" na entrada do Centro Educativo e antes que aconteça algo mais grave, sugerem que os serviços da Câmara verifiquem a situação, em conjunto com a GNR. -----

----- Desde já adianta que, de imediato, deve ser criada uma zona de estacionamento para os dois autocarros que fazem os transportes escolares, nomeadamente à entrada, com a colocação de duas placas de proibição de estacionamento e de paragem, porque efectivamente as pessoas não têm civismo rodoviário. É da opinião de que se deve proibir a paragem e estacionamento e ser colocada também uma placa a autorizar a paragem dos dois autocarros, junto à entrada do Centro Educativo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- DA VEREADORA PAULA RAMA -----

----- **Primeira** – A Vereadora Paula Rama informou que os Vereadores do Partido Socialista recomendam que, face à intensa circulação de pessoas e viaturas no cruzamento junto ao Mini-Preço, em Arazede, se deve proceder à instalação de sinalização luminosa para o controlo do trânsito de viaturas, com um dispositivo que facilite a travessia de peões, bem com a instalação de uma passadeira. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO -----

-----1-DIVISÃO FINANCEIRA -----

-----SECÇÃO DE CONTABILIDADE -----

----- 1 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A COBRAR EM 2011 ----

----- O Presidente da Câmara apresentou uma proposta que a seguir se transcreve: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

----- "Considerando que os Municípios, de acordo com o n.º 4 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), devem definir as taxas a aplicar em cada ano, dentro dos limites previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 desse artigo; -----

----- Considerando a aposta dos órgãos autárquicos de Montemor-o-Velho no desenvolvimento de políticas de atracção de investimentos empresariais nas áreas tecnológicas e culturais, com salvaguarda do ambiente e da apetência para o turismo e o lazer, tendo em vista a elevação da qualidade de vida dos Munícipes; -----

----- Considerando a existência de diversas situações que tornam previsível o aumento da receita efectiva gerada por esse imposto (de que são exemplos a actualização dos valores patrimoniais dos prédios, a caducidade das isenções temporárias, a actual ausência de cláusulas de salvaguarda que limitavam a colecta e a progressiva inscrição de prédios nas matrizes); -----

----- Considerando que a fiscalidade que incide sobre os prédios (terrenos e edificações) deve ter em conta a disponibilidade financeira dos munícipes, mas que em simultâneo serve de base a uma das principais fontes do financiamento dos investimentos autárquicos; -----

----- Considerando as preocupações sociais e de desenvolvimento equilibrado que devem nortear a acção do Município de Montemor-o-Velho, nomeadamente quanto ao combate à desertificação (particularmente pertinente nas freguesias da margem esquerda Poente do Rio Mondego, como resulta da análise da dinâmica da gestão urbanística dos anos mais recentes) e à reabilitação urbana dos centros históricos de Montemor-o-Velho, Pereira e Tentúgal; -----

----- Considerando a possibilidade de intervir na fixação de taxas e em simultâneo agir sobre situações com impacte social e no ordenamento do território; -----

----- Proponho: -----

----- a) que a taxa a aplicar aos imóveis avaliados nos termos do CIMI seja fixada em 0,4%; -- -----

----- b) que a taxa a aplicar aos restantes prédios urbanos seja fixada em 0,7%; -----

----- c) que sejam minoradas em 15% as taxas relativas aos prédios urbanos das freguesias de Abrunheira, Gatões, Verride e Vila Nova da Barca e dos centros históricos de Montemor-o-Velho, Pereira e Tentúgal, delimitados nas plantas anexas; -----

----- d) que sejam majoradas em 25% as taxas relativas aos prédios urbanos degradados, como tal identificados em vistoria municipal, nos termos conjugados do CIMI e do regime jurídico da urbanização e da edificação; -----

----- Mais proponho que oportunamente: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

----- i. sejam as presentes propostas submetidas à aprovação da Assembleia Municipal;---
 ----- ii. sejam operacionalizadas as propostas das alíneas c) e d), através da articulação entre os serviços municipais e os Serviços Locais de Finanças.” -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista mantêm a posição assumida já em 16 de Novembro de 2009, uma vez que não se verifica aumento destas taxas. No entanto gostariam de questionar o Presidente da Câmara sobre aquilo que referiu nessa data, nomeadamente sobre a proposta que fez sobre o levantamento dos edifícios que podem ser alvo de minorações e majorações, com a formação de uma equipa ou grupo de trabalho para a correcta avaliação do património urbano do Concelho. -----

----- Os Vereadores do Partido Socialista continuam a alertar para a flagrante injustiça fiscal que incide sobre os imóveis avaliados depois da entrada em vigor do Código do IMI em relação aos demais.-----

----- Mais se constata que as medidas de majoração em relação ao património degradado não funcionam na prática, não tendo qualquer efeito prático. -----

----- Votam favoravelmente a proposta apresentada mas gostariam de obter este esclarecimento.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2011. -----

----- Mais deliberou, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 112.º, do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, submeter a mesma à aprovação pela Assembleia Municipal.

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- 2 – DERRAMA A LANÇAR NO ANO DE 2011 RELATIVAMENTE AO-- ----- EXERCÍCIO 2010-----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta de lançamento da Derrama para o ano 2010 que a seguir se transcreve:-----

----- “Foi publicada em 15 de Janeiro de 2007 a Lei nº 2/2007 a Nova Lei das Finanças Locais, revogando a Lei nº 42/98, de 6 de Agosto, e introduzindo algumas alterações ao regime, inclusivamente quanto ao lançamento da derrama. Assim, a derrama a lançar pelos municípios passar agora a ter como base de incidência o lucro tributável dos sujeitos passivos e já não a sua colecta de IRC, como sucedia no passado, sendo certo que essa taxa não poderá ultrapassar 1,5% do lucro tributável. -----

----- De acordo com a alínea b), do artigo 10º da referida Lei, constitui receita dos municípios “ O produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do artigo 14.º”.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

----- Segundo as novas regras agora aprovadas e em particular com o nº 1 deste artigo 14º, " Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território". -----

----- Face ao n.º 4 do mencionado artigo, igualmente podem os municípios deliberar o lançamento de uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os € 150.000,00. Neste caso, coexistirão duas taxas no respectivo município: a taxa normal, aplicável à generalidade das empresas e uma taxa reduzida aplicável apenas àquele universo. -----

----- Por outro lado, a criação de condições para o desenvolvimento das actividades produtivas, nomeadamente de natureza industrial, tem sido uma forte preocupação do Município de Montemor-o-Velho nos últimos anos, destacando-se a criação do Parque de Negócios de Montemor-o-Velho (PNMMV) e do Parque Logístico e Industrial de Arazede (PLIA), projectos em que foram aplicadas as receitas da derrama. -----

----- O momento actual impõe, todavia, a adopção de medidas que conciliem o legítimo interesse na realização da receita, aliás pressuposto no Plano de Saneamento Financeiro do Município, com o da criação de novos postos de trabalho e de factores de desenvolvimento estratégico. -----

----- Atento o exposto, e como medida de apoio a novos investimentos na área do Concelho, PROPONHO que a Câmara Municipal delibere fixar as seguintes taxas de derrama prevista nos mencionados artigos 10º e 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais): -----

----- Derrama – Taxa Geral – (1,40 %) -----

----- Derrama – Taxa Reduzida (0,70 %) -----

----- Mais proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea a), do nº 6, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter a deliberação que venha a ser tomada à apreciação e aprovação pela Assembleia Municipal, órgão ao qual compete estabelecer, nos termos da lei, taxas municipais e fixar os respectivos quantitativos, de acordo com os citados normativos legais, conjugadamente com a alínea f), do nº 2, do art. 53º deste último diploma. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

----- Mais proponho que seja dado oportunamente cumprimento ao disposto no nº 8 do citado art. 14º da Lei das Finanças Locais (comunicação por via electrónica à Direcção-Geral dos Impostos). -----

----- Os Vereadores do Partido Socialista pronunciaram-se dizendo que pretendiam saber quais eram os pressupostos que motivam a esta alteração de posição, já que o documento que lhes foi fornecido não os esclarece devidamente, nomeadamente quais são as implicações e a ligação desta derrama ao Plano de Saneamento Financeiro e por isso, só posteriormente a este esclarecimento é que darão o seu sentido de voto.-----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que, de acordo com os pressupostos com que foram aprovados os documentos do Plano de Saneamento Financeiro, previa-se a partir de 2012 a obtenção de receita nesta matéria. Para que ela aconteça, e de acordo com a articulação com o sistema nacional de recolha e de colecta deste mesmo imposto, ele terá que ser fixado este ano, para poder ser aplicado durante o próximo ano e liquidado no ano seguinte de 2012. -----

----- Em relação ao levantamento dos imóveis, há uma coisa que já acontece hoje e que já acontecia quando ainda cá estava o Eng.º António José Cardoso, que era sobretudo naqueles imóveis de elevado grau de degradação, já foram efectuados e têm vindo a ser feitos sistematicamente, não só os levantamentos como a aplicação de mediadas mais activas e mais coercivas para aplicação dessas circunstâncias. -----

----- Em relação à parte mais beneficiadora dos munícipes que traduzam o espírito desta proposta sobretudo na melhoria nessas condições, está acertado com a Repartição de Finanças de Montemor-o-Velho e de acordo com o que estava previsto com a criação de um novo grupo de trabalho que teria alguns CEI'S para trabalharem nestes levantamentos e que tivessem um determinado perfil para os fazer. -----

----- Actualmente e de acordo com o novo regulamento estão a ter mais dificuldade na selecção dessas pessoas, pois devem ter alguma qualificação para esta matéria e que ao mesmo tempo façam um trabalho duplo. Ou seja, trabalho para a Câmara nesse levantamento e com as Finanças, um complemento de inventariação de cadastro e actualização. -----

----- Já falou com o responsável da Repartição de Finanças de Montemor-o-Velho e aguardam que possam ser encontradas as pessoas com garantia de qualidade para o trabalho que se pretende que seja efectuado.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

----- Solicita por isso aos Serviços que, em conjunto com o Centro de Emprego da área respectiva, vejam a oportunidade de recolha destes elementos, que detenham um perfil que garanta condições de conhecimento informático, etc.-----

----- Retomou a palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que, em face dos esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente da Câmara, e embora entendam que o momento não era o mais adequado, mas porque resulta da calendarização e concretização do Plano de Saneamento Financeiro, votam favoravelmente esta proposta. --

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta de Lançamento da Derrama a lançar no ano de 2011, relativamente ao exercício de 2010. --

----- Deliberou ainda fixar a taxa de derrama prevista nos mencionados artigos 10º e 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) em 1,40% (Taxa Geral) e 0,70% (Taxa Reduzida).-----

----- Mais deliberou, nos termos do disposto na alínea a), do nº. 6, do artº. 64º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter a mesma à aprovação pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea f), do nº. 2 do art. 53.º do mesmo diploma.-----

----- Deliberou ainda que ao ser aprovada, esta deliberação deverá ser comunicada ao Director de Finanças do Distrito de Coimbra até 31 de Outubro do corrente ano, conforme dispõe o nº 3 do art.º 18 da Lei nº 42/98, de 6 de Agosto.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- 3 – PARTICIPAÇÃO NO IRS (IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DAS--- PESSOAS SINGULARES) NO ANO DE 2010 -----

----- Foi presente uma proposta sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve: --

----- “Uma das inovações da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Nova Lei das Finanças Locais) foi reconhecer, no âmbito da Repartição de Recursos Públicos entre o Estado e os Municípios, que estes têm direito a uma participação variável no IRS.-----

----- Sobre esta questão, dispõe o nº1 do artigo 20º da referida Lei o seguinte:-----

----- “Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no nº 1 do artigo 78.º do Código do IRS.”-----

----- Acrescenta o nº 4 do mesmo artigo que “Caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa máxima definida no nº 1, o produto da diferença de taxas e a colecta líquida é considerado como dedução à colecta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele a que respeita a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

participação variável referida no n.º 1, desde que a respectiva liquidação tenha sido feita com base em declaração apresentada dentro do prazo legal e com os elementos nela constantes." -----

----- Atento o exposto, e a exemplo da deliberação tomada nos anos de 2007, 2008 e 2009, PROponho que a Câmara Municipal delibere FIXAR EM 5% a participação variável no IRS, prevista no art. 20º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais). -----

----- Mais proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea a), do nº 6, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter a deliberação que venha a ser tomada à apreciação e aprovação pela Assembleia Municipal, órgão ao qual compete estabelecer, nos termos da lei, taxas municipais e fixar os respectivos quantitativos, de acordo com os citados normativos legais, conjugadamente com a alínea f), do nº 2, do art. 53 deste último diploma. -----

----- Proponho ainda que seja dado oportunamente cumprimento ao disposto no nº 2 do citado art. 20º da Lei das Finanças Locais (comunicação por via electrónica à Direcção-Geral dos Impostos)." -----

----- Os Vereadores do Partido Socialista, em face da posição assumida anteriormente, também entendem que não é altura para o Município, na conjuntura actual, tendo em conta a sua situação financeira e o esforço financeiro que se está a fazer, de alterar também esta taxa. Por esse motivo votam favoravelmente esta proposta. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade fixar em 5% a participação variável no IRS, prevista no art. 20º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais). -----

----- Mais deliberou, nos termos da alínea a), do nº 6, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter este assunto à apreciação e aprovação pela Assembleia Municipal. -----

----- Deliberou ainda que seja dado oportunamente cumprimento ao disposto no nº 2 do citado art. 20º da Lei das Finanças Locais (comunicação por via electrónica à Direcção-Geral dos Impostos). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 4 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA O ANO 2011 -----

----- Foi presente uma proposta sobre o assunto em epígrafe, que a seguir se transcreve: --

----- "De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, podem os Municípios cobrar Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) às

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público.-----

----- Esta taxa é determinada com base na aplicação de um percentual sobre a facturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município, a qual deverá ser anualmente aprovada até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, não podendo ultrapassar os 0,25%.- -----

----- Considerando que esta taxa constitui receita municipal, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 11.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), e que compete à Assembleia Municipal estabelecer, nos termos da lei, taxas municipais e fixar os respectivos quantitativos, de acordo com o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e de acordo com os mesmos fundamentos que sustentaram as deliberações relativas aos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010 assentes, essencialmente, no valor insignificante da receita e nos encargos associados, PROponho que a Câmara Municipal delibere não fixar Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2011.-----

----- Mais proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter a deliberação que venha a ser tomada à apreciação e aprovação pela Assembleia Municipal, órgão ao qual compete estabelecer, nos termos da lei, taxas municipais e fixar os respectivos quantitativos, de acordo com os citados normativos legais, conjuntamente com a alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º deste último diploma." -----

----- Os Vereadores do Partido Socialista concordam com proposta apresentada e votam favoravelmente. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara, de não aplicar Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) para o ano de 2011. -----

----- Mais deliberou submeter este assunto à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 5 – 4.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento da necessidade de proceder à Revisão do Plano Plurianual de Investimentos, nos termos previstos no POCAL (Ponto 8.3.1), para dar suporte aos projectos identificados no documento anexo à presente acta sob o número um.

----- Como contrapartida à inscrição dos projectos anteriormente referidos foram diminuídas dotações que, nesta data, se prevê não venham a ser utilizados na sua totalidade. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que a posição da Bancada do Partido Socialista é a de abstenção, no seguimento da posição anteriormente assumida, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista e cinco votos a favor da Coligação Montemor Sempre, aprovar a referida Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento, que consta como documento anexo à presente acta sob o número um. -----

----- Mais deliberou por unanimidade, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, remeter a mesma à Assembleia Municipal para aprovação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

-----SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO-----

----- 1 – ESCOLA E.B 1 DE PELICHOS, FREGUESIA DE ARAZEDE -----

----- - CONTRATO DE COMODATO-----

----- O Presidente da Câmara informou que, quando ocorreu o encerramento das escolas e da troca de opiniões que foram formalizadas entre o município e a o Ministério da Educação e os diferentes Agrupamentos, em relação à escola dos Pelichos, que era uma escola simbólica, quer do ponto de vista do investimento que a Câmara realizou, quer da população alvo da pedagogia que ali era exercida e nomeadamente com as minorias étnicas que ali estavam, foi sempre colocada alguma ressalva que este encerramento seria “delicado” pois iria suprir uma das únicas ofertas existentes naquela área. -----

----- Claramente que estas observações tiveram eco e através do Agrupamento de Escolas de Arazede, através da Direcção Regional de Educação e através de um Programa Nacional que pretende sobretudo trabalhar a exclusão ou a inclusão, foi constituído um Plano de Integração e Formação de Minorias, que visa sobretudo estas áreas de “minorias” existentes neste Concelho e que vão ser executadas naquela escola. -----

----- Dentro dessa matéria, teve uma reunião com pessoas responsáveis por este Plano, em que concordaram com a cedência da escola para estes fins, ficando o agrupamento de escolas de Arazede responsável pela sua utilização e manutenção. Dentro desse

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

objectivo e desse fim, pretendia propor à aprovação o Protocolo com o PIEF (Plano Integrado de Educação e Formação), a assinar com o Agrupamento de Escolas de Arazede, com a finalidade de disponibilizar a escola dos Pelichos para este Plano de Integração e Formação para o fim atrás mencionado. -----

----- Em relação ao Protocolo com o PIEF (Plano Integrado de Educação e Formação), sugeriu aos responsáveis deste Programa que estaria extremamente interessado, enquanto representante do município, para ter um Protocolo alargado com a entidade nacional, para trabalharem outras áreas de inclusão, nomeadamente, que lhes são próximas e mais delicadas, não só no contexto da integração de inclusão de excluídos, mas também no trabalho, por exemplo, do apoio à não violência doméstica, de questões ligadas com a protecção, e também a CPCJ vai ter um papel fundamental. -----

----- Este desafio foi considerado extremamente importante por parte do representante que ali estava e que ia propor à gestora do programa nacional precisamente a elaboração de um protocolo mais alargado onde esta acção que acabou de referir se ia incluir, dentro do conjunto daquilo que viesse a ser negociado. -----

----- Os Vereadores do Partido Socialista manifestam alguma preocupação e alguma atenção em relação ao destino a dar ao património imobiliário que vai sendo libertado, nomeadamente as escolas do ensino básico, que vão sendo desactivadas. -----

----- No entanto, aproveitavam este momento para afirmar que este é um projecto de referência do que se vai seguir. A utilização que vai ser dada à escola dos Pelichos, é com este Projecto engrandecida e esta utilização tem uma mais valia social e comunitária muito grande e por isso este é um bom exemplo daquilo que entendem da utilização que vai ser dada às escolas que estão a ser libertadas. Continuam a perseguir a função de integração e como já foi referido, a formação de adultos é importante e outro tipo de actividades de formação que possam estes imóveis proporcionar. -----

----- Por isso, votam favoravelmente e elogiam também esta proposta. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o contrato de comodato entre o Município de Montemor-o-Velho e o Agrupamento de Escolas de Arazede (documento anexo à presente acta sob o número dois). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 2 – DIREITO DE SUPERFÍCIE – CENTRO DE SAÚDE DE ----- ----- MONTEMOR-O-VELHO -----

----- Foi presente uma informação da Directora de Departamento Administrativo e Financeiro, que a seguir se transcreve: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

----- “Na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 22 de Março de 1993 e em aditamento à informação n.º 106/2010 do DAF de 07 de Julho de 2010, cumpre-me informar o seguinte: -----

----- 1- Em 08 de Julho de 2010 o Município de Montemor-o-Velho remeteu um ofício à Administração Regional de Saúde do Centro, IP manifestando a sua disponibilidade para celebrar uma escritura de cedência da parcela de terreno designada Lote A, com a área de 5.210 m², em regime de Direito de Superfície gratuito para instalação do Centro de Saúde de Montemor-o-Velho;-----

----- 2- No dia 06 de Setembro de 2010 deu entrada um ofício da Administração Regional de Saúde do Centro, IP informando que foi aceite a proposta de cedência por deliberação do Conselho Directivo, de 31 de Agosto de 2010; -----

----- Face ao exposto, propõe-se que o presente processo seja remetido para apreciação pelo executivo municipal para decisão, de acordo com o disposto f) do n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão, dizendo que os Vereadores do Partido Socialista queriam destacar a posição firme que o executivo ou a Câmara teve em relação à posição de não doação, mas sim de direito de superfície e por isso votam favoravelmente.

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a celebração de uma escritura de cedência da parcela de terreno designada Lote A, com a área de 5.210 m², em regime de Direito de Superfície gratuito para instalação do Centro de Saúde de Montemor-o-Velho.-----

----- Para efeitos da celebração da referida escritura, mais foi deliberado atribuir ao imóvel o valor de 71.093,12€ (setenta e um mil e noventa e três euros e doze cêntimos). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

-----SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

-----TESOURARIA -----

----- 1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia 10 de Setembro do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais, de 466.997,33 € (quatrocentos e sessenta e seis mil e novecentos e noventa e sete euros e trinta e três cêntimos) e em Operações de Tesouraria de 385.009,74 € (trezentos e oitenta e cinco mil e nove euros e setenta e quatro cêntimos). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

----- SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS -----

----- 1 – ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS-----

----- A Directora de Departamento Administrativo e Financeiro informou que no dia 2 do corrente mês foi publicado em Diário da República a 5.ª alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de Abril, que regulamenta o regime do controle público da riqueza dos titulares dos cargos políticos (Lei n.º 38/2010, de 2 de Setembro) que entra em vigor 60 dias após a data da publicação, ou seja, no dia 2 de Novembro de 2010. -----

----- No dia 3 de Setembro foi publicada a terceira alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de Julho relativa a crimes da responsabilidade de titulares de cargos políticos (Lei n.º 41/2010, de 3 de Setembro) que entra em vigor 180 dias após a publicação. -----

----- Pelo exposto, sugere-se que as referidas alterações sejam distribuídas ao executivo municipal para conhecimento.-----

----- O Vereador Emílio Torrão informou que gostaria de chamar a atenção para o artº. 18º. A da Lei nº. 41/2010 de 3 de Setembro, que implica os titulares de cargos políticos que informem ou decidem favoravelmente processos de licenciamento, ou de autorização ou prestem informação falsa, que é punido com pena de prisão até 3 anos, com multa. Isto é muito fácil de perceber que, quando um decisor decide um processo, o faz em face de uma informação dos serviços. Por isso gostava de sensibilizar os serviços da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, para o facto de terem em atenção que os autarcas precisam do máximo rigor nessas informações técnicas, porque efectivamente quem paga a factura no final é quem decide. Assim, deixa esse apelo, em face desta alteração legislativa. É evidente que estarão atentos naquilo que puderem e souberem descortinar mas os serviços têm que ter o máximo de atenção e de rigor neste tipo de processos de licenciamento. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 1 – ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE MÉRITO E DEDICAÇÃO -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Recursos Humanos que a seguir se transcreve: -----

----- "Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, venho por este meio informar V. Exa. que foi detectado que o registo informático inicialmente carregado sobre a data de admissão do trabalhador no Município abaixo indicado não permitiu identificar que o mesmo completou 25 anos de serviço até 8 de Setembro do ano de 2008. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

----- Mais informo que, foi compulsado o processo individual do referido trabalhador do Mapa de Pessoal de 2010 desta Câmara Municipal, constatando-se que não mereceu qualquer nota desprestigiante agregada ao seu registo individual.” -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que este funcionário merece esta medalha pelos serviços que prestou ao longo dos anos e pela dedicação que sempre demonstrou ao município de Montemor-o-Velho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade atribuir a “Medalha de Mérito e Dedicação” ao funcionário António Jorge Barriga. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

-----II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFEREM OS ART.S 65º E 69.º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação, referente ao artigo 65º e 69º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no tocante às decisões tomadas no âmbito deste Departamento, no período compreendido entre 31 de Agosto e 10 de Setembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número três). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 – PROPOSTA PARA DECLARAÇÃO DA CADUCIDADE DO PEDIDO -----

----- DE LICENCIAMENTO PARA A OBRA DE CONSTRUÇÃO DE -----

----- HABITAÇÃO E MUROS DE VEDAÇÃO, SITA NO LUGAR DE -----

----- VERGIEIRA, FREGUESIA DE SEIXO, CUJO REQUERENTE É-----

----- MÁRCIO NUNO VALENTE PEREIRA -----

----- – PROCº. Nº. 170/2008 -----

----- Foi presente a informação dos Serviços nº 183/2010, datada de 4 de Julho do ano em curso, a informar que deveria ser declarada a caducidade do acto de aprovação de arquitectura ocorrido por despacho do Sr. Vereador com Competências Delegadas datado de 10/12/2008, pelo facto de não terem sido apresentados os projectos de especialidades, conforme prevê o nº. 4 do artigo 20º. do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.-----

----- Após ter sido feita audiência prévia ao interessado, concedendo-lhe um prazo de 30 dias para se pronunciar, não ocorreu registo de entrada de qualquer exposição sobre o assunto, pelo que é sugerido pelos Serviços, a declaração de caducidade do acto de aprovação da arquitectura, a qual deve ser declarada pelo Executivo Municipal nos termos do nº. 6 do artigo 20º. do RJUE. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade declarar a caducidade do processo. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **3 – PEDIDO DE EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO NÃO VINCULATIVO -**
 ----- **NOS TERMOS DO ARTº. 7º. DO DECRETO-LEI Nº.555/99 DE -----**
 ----- **DEZEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO, PARA A OBRA DO ---**
 ----- **PARQUE ESCOLAR, SITO NO LARGO DE NOSSA SENHORA DO --**
 ----- **DESTERRO, FREGUESIA DE MONTEMOR-O-VELHO -----**
 ----- **– LUGARES DE ESTACIONAMENTO -----**

----- Foi presente a informação DOT nº. 125-ES/2010, onde é proposto pelos Serviços a emissão de parecer favorável ao projecto de arquitectura da obra do Parque Escolar para efeitos do disposto no nº. 2 do artigo 7º. do Decreto-Lei nº. 555/99 de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, condicionado a que seja superiormente ultrapassada a inexistência dos lugares de estacionamento previstos no P.D.M., por se tratar de um edifício existente. ----

----- A Câmara tomou conhecimento e, atendendo a que se trata de infraestruturas/equipamento já existentes, emite parecer favorável.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **4 – PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA ALTERAÇÃO DE -----**
 ----- **LOTEAMENTO – MANUEL GONÇALVES FEIJÃO -----**

----- Foi presente a inf. DOT nº. 219/2010, datada de 01 de Setembro, a propor o indeferimento do pedido de licenciamento de alteração ao loteamento titulado pelo alvará nº. 2/1999, dado que o prazo concedido ao Requerente para se pronunciar sobre a tendência ao indeferimento encontra-se largamente ultrapassado sem que o Requerente tenha apresentado qualquer exposição sobre a mesma. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade indeferir o pedido de licenciamento de alteração ao loteamento titulado pelo alvará nº. 2/1999. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **1 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL -----**

----- **2 - DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL -----**

----- **SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E APOIO AO MUNÍCIPE -----**

----- **III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS -----**

----- **1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS -----**

----- **1 – ACIDENTE DE VIAÇÃO – E.M. – TENTÚGAL (JUNTO AO LAGAR) -**

----- **- RECLAMAÇÃO DE VÂNIA CRISTINA TAVARES GUERREIRO -----**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

----- Foi presente o processo mencionado em epígrafe devidamente informado pelos Serviços, o qual mereceu despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara datado de 06/09/2010, tendo a munícipe Vânia Cristina Tavares Guerreiro sido indemnizada no montante de 350,00 € pelo abate da sua viatura, resultado do acidente ocorrido em 03 de Agosto do corrente ano, na E.M. em Tentúgal (junto ao lagar).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 – AMPLIAÇÃO DE REDE BT/IP NA FREGUESIA DA EREIRA -----

----- - ORÇAMENTOS DA EDP, S.A. -----

----- A fim de levar a efeito os trabalhos de ampliação da rede de BT/IP no Largo das Alminhas e na Aberta das Ribeiras da Freguesia da Ereira, foi presente orçamento da EDP, S.A. correspondente às cartas nºs 1466/10 e 1467/10 cujo montante global ascende a 2.634,59 € (dois mil seiscentos e trinta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos) – acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar os trabalhos em epígrafe e consequentemente seu pagamento no valor de 2.634,59 € (dois mil seiscentos e trinta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos) – acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

-----O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 3 – “PÓLO LOGÍSTICO E INDUSTRIAL DE ARAZEDE: FASE 1 – PARTE A (CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS)” -----

----- -ABERTURA DE PROCEDIMENTO -----

----- Foi presente uma informação dos serviços a informar que, esta Câmara Municipal pretende levar a efeito uma parte da Fase 1 do Pólo Logístico e Industrial de Arazede, que abrangerá uma área com cerca de 10 ha, que será constituído por diversas infraestruturas, nomeadamente rede viária, rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais e pluviais, rede de gás, instalações de segurança, infraestruturas eléctricas e de telecomunicações. -----

----- Os Serviços informaram ainda que, a referida empreitada faz parte de uma candidatura ao Eixo I – Competitividade, Inovação e Conhecimento do Programa Operacional do Centro, sendo o preço base de 2.640.000,00 €. -----

----- Mais informaram que, o projecto encontra-se em condições de ser aprovado estando inserido em Plano de Pormenor com Regulamento já publicado no Diário da República II Série nº 242, Aviso 24894/2007 de 17 de Dezembro. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

----- Foi também informado que, devido à tipologia da obra a mesma foi sujeita a Avaliação de Impacte Ambiental tendo obtido Declaração de Impacte Ambiental condicionada em 19/07/2010 para a totalidade da área abrangida, sendo nesta data apenas realizados trabalhos em 10 ha.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o Projecto, Programa de Concurso e Caderno de Encargos e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso público nos termos da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Dois – Nomear o júri, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos (CCP):-----

----- -Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, Eng.^a, Vereadora – Presidente-----

----- -Catarina Maria Oliveira e Costa, Eng.^a – Vogal -----

----- -Luís Miguel Lopes da Costa, Téc. – Vogal-----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, serão os mesmos substituídos por:-----

----- -Paula Cristina Nunes de Aguiar, Eng.^a – Vogal-----

----- -Célia Maria Gariso de Oliveira, Dr.^a – Vogal -----

----- Três – Delegar no júri do concurso a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 69º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- 2 - DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS -----

----- 1 – “ETAR PARA OS ESGOTOS DE ABRUNHEIRA, VERRIDE E VILA-----

----- NOVA DA BARCA – CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO” -----

----- - PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE (PSS) -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços e respectiva análise efectuada pela Fiscalização e Coordenador de Segurança em Obra ao Plano de Segurança e Saúde apresentado pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epigrafe, referindo que o mesmo se encontrava em condições de ser aceite. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o Plano de Segurança e Saúde, sendo a Coordenação de Segurança e Saúde em obra efectuada pela empresa de Fiscalização Arara Gabinete de Engenharia e Formação, Lda. -----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

-----O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 2 – “REDE DE ESGOTOS DE ARAZEDE: FASE B (ETAR) -----

----- – CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO” -----

----- –PRORROGAÇÃO DE PRAZO-----

----- Foi presente um pedido de prorrogação de prazo de execução, pelo adjudicatário da empreitada epigrafe, acompanhado de uma informação da Fiscalização da obra, referindo que não havia inconveniente em ser concedida uma prorrogação graciosa de 84 dias, devendo os trabalhos estarem concluídos a 30 de Setembro do corrente ano. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade conceder a título gracioso a prorrogação de prazo de execução da obra, de 84 dias seguidos, com início a 9 de Julho de 2010 e terminus a 30 de Setembro do corrente ano. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

-----IV. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA -----

----- 1 – MEDALHA “500 ANOS” E PUBLICAÇÃO “PEREGRINAÇÕES, -----

----- DE JOÃO MARIA ANDRÉ” -----

----- – PREÇÁRIO -----

----- O Presidente da Câmara propôs que fosse atribuída a Medalha “500 Anos” e Publicação “Peregrinações, de João Maria André”, aos Vereadores da Câmara Municipal e ao Presidente da Assembleia Municipal.-----

----- Solicitou que as questões de Protocolo sejam salvaguardadas e reservadas para oferta posterior a órgãos de soberania em qualquer das visitas ao município.-----

----- Propôs ainda o seguinte preçário aos projectos editoriais: -----

----- Medalha “500 Anos” – 25€ (IVA incluído);-----

----- Publicação “Peregrinações, de João Maria André – 6€ (IVA incluído).-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas pelo Presidente da Câmara. -----

----- V. DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO -----

----- 1 – APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO – CLUBE-----

----- DESPORTIVO CARAPINHEIRENSE -----

----- – SECÇÃO DE PESCA DESPORTIVA – ÉPOCA 2009/2010 -----

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 4.900,00€ (quatro mil e novecentos euros) ao Clube Desportivo Carapinheirense – Secção de Pesca Desportiva, referente à época 2009/2010. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente este apoio e entendem que o mesmo até já está atrasado.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 13

----- Disse ainda que tinha conhecimento de um pedido de apoio extraordinário do Grupo Desportivo "Os Águias" de Arazede e gostaria de sensibilizar o executivo para o seguinte: o Grupo Desportivo "Os Águias" teve, assim como o Clube Desportivo Carapinheirense, custos acrescidos com a implementação do campo sintético.-----

----- Sabe que esse pedido não teve o melhor seguimento mas estes clubes continuam com dificuldades e por isso solicitam que este pedido fosse reavaliado porque prestam um grande serviço à comunidade, na área da formação desportiva e têm graves dificuldades financeiras.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.-----

----- Nesta altura o Presidente da Câmara, no uso da competência que lhe está atribuída pela alínea r) do nº. 1 do artº. 68º. da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, alterado pela Lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro e com a concordância de todos os Vereadores presentes e dado que se aguarda por documentos necessários à instrução dos assuntos seguintes, decidiu suspender a presente reunião por 72 horas, designando o dia 17 do corrente mês, pelas 10 horas, para a sua continuação.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 17

----- (CONTINUAÇÃO) -----

----- O Presidente da Câmara, dando sequência à decisão de interrupção dos trabalhos da reunião de 13 de Setembro, declarou os mesmos reiniciados, pelas 10 horas, do dia 17 de Setembro de 2010.-----

-----VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO-----

-----O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 1 – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE ESTATUTOS DA-----

----- ACMMM – AGÊNCIA DE CASTELOS E MURALHAS MEDIEVAIS ---
 ----- DO MONDEGO, NA SEQUÊNCIA DA APROVAÇÃO DA -----
 ----- CANDIDATURA REDE DE CASTELOS E MURALHAS MEDIEVAIS DO
 ----- MONDEGO (4.º AVISO DE CONCURSO DO REGULAMENTO -----
 ----- ESPECÍFICO DE POLÍTICA DE CIDADES – REDES URBANAS PARA
 ----- A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO (MAIS CENTRO PROGRAMA
 ----- OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO QREN (2007-2013) -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação dos Serviços de Cultura, que a seguir se transcreve:-----

----- “A Rede Urbana dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, candidatada às Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (RUCI), no âmbito do Mais Centro (QREN), foi desenhada a partir do reconhecimento do valor de um património comum que perdura desde os tempos ancestrais da reconquista cristã e que constitui a temática à volta da qual se desenvolve uma nova estratégia, também ela comum, centrada na competitividade e inovação. -----

----- Com a constituição da rede pretende-se estabelecer uma colaboração de base temática, tendo como elemento unificador todo o património comum, designadamente os castelos e muralhas medievais, sempre com o objectivo da sua valorização para que o mesmo se torne um motor de efectivo desenvolvimento económico ao nível dos sectores da cultura e do turismo, com particular incidência na região Centro e nos centros urbanos que integram a Rede e que são: as cidades de Coimbra, Figueira da Foz e Pombal e as vilas de Montemor-o-Velho, Soure, Penela, Miranda do Corvo e Lousã. -----

----- Para além dos 8 municípios já referidos são também parceiros da rede o Turismo Centro de Portugal, a Universidade de Coimbra, o Instituto Pedro Nunes, a Associação Comercial e Industrial de Coimbra, a Direcção Regional de Cultura do Centro e a Agência de Desenvolvimento – estrutura a criar enquanto elemento estruturante de gestão e organização da animação da rede tendo como objecto promover a capacidade de cooperação ao nível do desenvolvimento territorial, social e económico. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 17

----- Na sequência da aprovação da candidatura às RUCI pelo Mais Centro é necessário proceder à operacionalização dos diversos projectos que a integram, nomeadamente a criação da Agência de Desenvolvimento. -----

1. PARCEIROS

----- Município de Penela -----
 ----- Município de Coimbra -----
 ----- Município da Figueira da Foz -----
 ----- Município da Lousã -----
 ----- Município de Miranda do Corvo -----
 ----- Município de Montemor-o-Velho -----
 ----- Município de Pombal -----
 ----- Município de Soure -----
 ----- Associação Comercial e Industrial de Coimbra -----
 ----- Universidade de Coimbra -----
 ----- Instituto Pedro Nunes -----
 ----- Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal -----
 ----- Direcção Regional de Cultura do Centro -----
 ----- Agência de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego (ACMMM) -----

2. PROJECTOS

----- PROJECTOS MATERIAIS -----
 ----- Programa de Valorização dos Castelos e Muralhas e Envolvente de Coimbra -----
 ----- Programa de Valorização dos Castelos e Muralhas e Envolvente de Montemor-o-Velho -----
 ----- Programa de Valorização dos Castelos e Muralhas e Envolvente de Penela -----
 ----- Programa de Valorização dos Castelos e Muralhas e Envolvente de Pombal -----
 ----- Programa de Valorização dos Castelos e Muralhas e Envolvente da Figueira da Foz -----
 ----- Programa de Valorização dos Castelos e Muralhas e Envolvente de Miranda do Corvo -----
 ----- Programa de Valorização dos Castelos e Muralhas e Envolvente de Lousã -----
 ----- Programa de Valorização do Espaço Muralhado de Soure e Envolvente -----
 ----- PROJECTOS IMATERIAIS E COMUNS -----
 ----- Projecto de Marketing Territorial / Branding -----
 ----- Plataforma Colaborativa aplicada ao Turismo ligado à História -----
 ----- Programa Estratégico para a Valorização do Empreendedorismo Cultural -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 17

----- Comércio com História | Dinamização do Comércio Local -----

----- Rede de Mobilidade | Mobilidade Sustentável Inter e Intra Centros Históricos -----

----- Fronteiras de Coimbra | Grande Evento Internacional -----

----- Aprender no Castelo | Programa Didáctico -----

----- **3. FINANCIAMENTO** -----

----- TOTAL DE INVESTIMENTO DA CANDIDATURA ----- 9.898.863,13 €

----- TOTAL DE FINANCIAMENTO DA CANDIDATURA (60%)----- 5.939.317,88 €

----- TOTAL DE INVESTIMENTO (Projecto Material para Montemor-o-Velho) ----- 1.500.000 €

----- TOTAL DE FINANCIAMENTO (Projecto Material para Montemor-o-Velho) ----- 900.000 €

----- Propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar o Município de Montemor-o-Velho a integrar a ACMMM – Agência de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, cujos respectivos estatutos se anexam; -----

----- Mais se propõe que, em cumprimento do disposto no artigo 64º, nº 6, alínea a), da já citada Lei nº 169/99, delibere solicitar à Assembleia Municipal que, nos termos do artigo 53.º, nº 2, alínea m), do mesmo diploma legal, delibere autorizar o município a criar e participar na ACMMM – Agência de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego.” -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o Município de Montemor-o-Velho a integrar a ACMMM – Agência de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego cujos estatutos constam como documento anexo à presente acta sob o número quatro. -----

----- Mais deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a necessária autorização para integração do Município na referida Associação, nos termos do disposto na alínea a) do nº. 6, do artigo 64º. da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro pela redacção que lhe foi introduzida pela Lei nº 5-A, de 11 de Janeiro, conjugadamente com a alínea m) do nº. 2, do artigo 53º da mesma Lei. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **2 – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE ESTATUTOS DA**-----

----- **ASSOCIAÇÃO REDE DE ECONOMIAS DA CRIATIVIDADE, NA**----

----- **SEQUÊNCIA DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA REDE DE**-----

----- **ECONOMIAS DA CRIATIVIDADE (4.º AVISO DE CONCURSO DO**-----

----- **REGULAMENTO ESPECIFICO DE POLÍTICA DE CIDADES**-----

----- **– REDES URBANAS PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO** ----

----- **(MAIS CENTRO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO** ----

----- **CENTRO QREN (2007-2013))** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 17

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação dos Serviços de Cultura, que a seguir se transcreve:-----

----- "Na sequência da aprovação da candidatura em apreço, venho por este meio apresentar ao Senhor Presidente a proposta de estatutos da Associação Economias da Criatividade para aprovação e que corporizará a estrutura organizativa tendo em vista a implementação do Programa Estratégico inerente às 'Rede Urbanas para a Competitividade e Inovação'.-----

----- Informo ainda que relativamente a Montemor-o-Velho a aprovação desta candidatura assume particular importância na prossecução do projecto 'Ruas de Cultura'. Este projecto tem como principal objectivo constituir Montemor-o-Velho como espaço de estímulo à inovação e agregação de agentes para o sector emergente das indústrias culturais, bem como espaço de interacção entre técnicos, criadores e artistas no desenvolvimento artístico e tecnológico e na produção de bens culturais. O Ruas da Cultura tem, desta maneira, uma componente de valorização urbana muito forte, consubstanciando por isso, o estabelecimento dos seguintes espaços técnicos: Centro de Recursos Artísticos, Incubadora para Indústrias Criativas de Base Tecnológica, Centro de Tecnologia Criativa, Ateliês e Residências Artísticas e Creative Box. -----

----- **1. PARCEIROS**-----

----- Município de Óbidos | Líder -----

----- Município de Guimarães-----

----- Município de Montemor-o-Novo -----

----- Município de Montemor-o-Velho-----

----- Município de Tondela-----

----- Município de Seia-----

----- Fundação Bissaya Barreto-----

----- **2. A REDE ECONOMIAS DA CRIATIVIDADE** -----

----- Analisando o documento que presidiu à constituição da REC, ou seja, o seu programa de acção, realçamos os seguintes pontos que se nos afiguram os mais pertinentes: a parceria é integrada por seis municípios e uma fundação oriundos de três regiões nacionais – Centro, Alentejo e Norte; o objectivo de médio e longo prazo traduz-se em três dimensões essenciais, a competitividade, a investigação e desenvolvimento (I&D) e inovação e internacionalização, tendo como pano de fundo a área da criatividade e inovação. Os efeitos serão mais intensos na economia, na educação, na sustentabilidade ambiental e na área social; acresce a cooperação intensa com um conjunto diversificado

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 17

de actores urbanos, quer a nível local e regional quer a nível nacional numa lógica de parceria público-privada; os projectos poderão traduzir-se em âncoras do desenvolvimento local, promovendo estratégias coerentes e concertadas de marketing territorial e urbano; os resultados desta filosofia de cooperação apontam para a criação de dinâmicas de 'clusterização' na área da criatividade em rede, entre os vários municípios envolvidos e restantes actores urbanos; como valor acrescentado para a promoção da competitividade e desenvolvimento urbano são apontados a atracção de talentos, de residentes, de visitantes e de turistas, a criação de novas empresas de base tecnológica e a captação de investimentos estruturantes; como suporte à viabilização desta estratégia de cooperação são, em alguns casos, criados ou consolidados pólos empresariais ou parques tecnológicos que acolherão as novas iniciativas empresariais e criativos.-----

----- É ambição da REC prolongar a sua intervenção para além do horizonte temporal do presente programa estratégico, constituindo-se como uma autêntica rede urbana orientada para a criatividade, numa perspectiva integrada, podendo mesmo integrar no futuro outros municípios e actores urbanos.-----

----- **3. PROJECTOS** -----

----- PROJECTOS DA REDE -----

----- Atitude: A Sociedade torna-se Criativa-----

----- REC TV – Rede de Escolas Criativas-----

----- A Invenção do Lugar -----

----- Plataforma de Projectos Educativos -----

----- Mobilidade Criativa -----

----- 'Cluster' Ruas de Cultura -----

----- Centro Nacional de Artes Transdisciplinares -----

----- Praça da Criatividade-----

----- Oficinas Criativas -----

----- PROJECTOS DE MONTEMOR-O-VELHO -----

----- 'Cluster' Ruas de Cultura -----

----- **4. OPERACIONALIZAÇÃO** -----

----- Em caso de aprovação da candidatura as entidades participantes acordam criar entre si uma associação privada sem fins lucrativos, e que será a executora dos projectos no âmbito do plano estratégico. -----

----- **5. FINANCIAMENTO** -----

----- TOTAL DE INVESTIMENTO DA CANDIDATURA ----- 9.180.000 €

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Setembro 17

----- TOTAL DE FINANCIAMENTO DA CANDIDATURA (65%) ----- 5.898.750 €

----- TOTAL DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO('Cluster') 1.430.000 €

----- TOTAL DE FINANCIAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO('Cluster') 929.500 €

----- Propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar o Município de Montemor-o-Velho a integrar a Associação Rede Economias Criativas, cujos respectivos estatutos se anexam; -----

----- Mais se propõe que, em cumprimento do disposto no artigo 64º, nº 6, alínea a), da já citada Lei nº 169/99, delibere solicitar à Assembleia Municipal que, nos termos do artigo 53.º, nº 2, alínea m), do mesmo diploma legal, delibere autorizar o município a integrar a Associação Rede Economias Criativas." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o Município de Montemor-o-Velho a integrar a Associação Rede Economias Criativas, cujos respectivos estatutos constam como documento anexo à presente acta sob o número cinco.-----

----- Mais deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a necessária autorização para integração do Município na referida Associação, nos termos do disposto na alínea a) do nº. 6, do artigo 64º. da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro pela redacção que lhe foi introduzida pela Lei nº 5-A, de 11 de Janeiro, conjugadamente com a alínea m) do nº. 2, do artigo 53º da mesma Lei. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

ENCERRAMENTO

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas onze horas, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.^a